

6 com - Brasil

# Sinal vermelho

Murillo Nunes de Azevedo

09 FEV 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

Stop. Parada irremediável. Estagnação. Nuvens sombrias no horizonte. Todas as expressões decorrem da situação criada pela dissolução de duas empresas, o Geipot e a EBTU, por força de um decreto contido no bojo do Plano Verão. As economias advindas por essa medida são mínimas quando confrontadas com os prejuízos que daí advirão. No caso do Geipot, correspondem a NCz\$ 25 milhões de um montante de NCz\$ 105,7 bilhões no Orçamento da União.

Acreditamos firmemente no discernimento do Ministério dos Transportes, tantas vezes demonstrado, que no momento estuda a liquidação das empresas. Vários fatores têm que ser levados em consideração entre os quais, em primeiro lugar, as funções que as mesmas cumpriam. No caso do Geipot pode-se citar, entre outras, o estudo abrangente do Setor de Transportes e suas interrelações com o macro-sistema-econômico, Planos Diretores Modais, estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, a Pesquisa sobre o interrelacionamento de Custos Rodoviários, cujos resultados têm reconhecimento internacional sendo adotados pelo Banco Mundial, a integração dos diferentes modos de transportes, o apoio à Seplan e BNDES na elaboração de diretrizes do Setor de Transportes, a formulação de estratégias de políticas a serem adotadas nas diferentes modalidades, análise dos correlacionamentos da ação dos transportes no meio ambiente e no uso de energia e tantos e tantos outros.

Já a EBTU tem no seu acervo uma série de estudos e pesquisas, tais como o fortalecimento dos órgãos locais de gerência, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento tecnológico, transportes sobre trilhos, infraestrutura viária, capacidade e segurança de tráfego, racionalização de transportes públicos, cooperação técnico-operacional das empresas, supervisão do financiamento do Banco Mundial. Todas essas atividades, e inúmeras outras executadas pelas duas empresas, não poderão ser extintas para cumprir a letra seca de um decreto apressadamente, que não levou em consideração em profundidade esses fatores. Há outro ponto a informar nesta época em que tanto se fala em privatização como panacéia universal para cura de todos os males.

Essas funções não poderão nunca ser entregues à iniciativa privada, pois visam os interesses maiores do país. Pulverizá-las e entregá-las às empresas privadas seria destruir o cérebro que tem de existir por trás do setor dos Transportes. Em todos os países do mundo desenvolvido, o Governo tem os seus mecanismos de autoproteção do coletivo.

Isso não quer dizer que as empresas de Consultoria não sejam indispensáveis dentro desse contexto para complementar o esqueleto estabelecido pelo planejamento governamental que deve estar acima de interesse de grupos econômicos nacionais e internacionais. Um dos pontos críticos é o da fixação de critérios de investimen-

tos em obras que logicamente interessam grandes empreiteiros e que devem pairar acima de interesses de grupos ou países.

Entrando um pouco por trás dos bastidores que levaram o Governo brasileiro a estabelecer o chamado Plano Verão estão os interesses dos organismos internacionais tais como o FMI, Usaíd, Banco Mundial, que, curiosamente, comandam a enorme dívida "impagável" na expressão do presidente Sarney. A fórmula é sempre a mesma em todos os países onde atuam: reforma administrativa, demissão de funcionários públicos, privatização, etc e etc.

Há, entretanto, uma consciência nova emergindo entre os países do terceiro mundo que, mais uma vez foi manifestada no encontro de Caracas, na Venezuela, que uma ação coletiva, dos países devedores tem que ser empreendida, pois, num mundo cada vez mais unido, a sobrevivência do todo depende de cada um. E, no caso brasileiro, os transportes representam algo essencial na vida nacional. Pois são eles que dão vida a todo o organismo produtivo do País. Estão presentes em todos os estágios da vida social, econômica, cultural. E não podem ser relegados a um segundo plano pela pressa de decisões simplistas, tais como a extinção de empresas fundamentais ao processo de planejamento que é uma condição básica para a vida organizada da pátria de todos nós.

□ Murillo Nunes de Azevedo é engenheiro e professor da Universidade de Brasília (UnB)